



CARMEN SOUZA  
carmensouza.df@dabr.com.br

## PRETOS NO TOPO



# A força das tranças

*“Trançar é também escrever história”, afirma a pesquisadora Layla Maryzandra (foto). O entendimento que permeia a tese de mestrado que acaba de ser defendida na Universidade de Brasília (UnB) também é reconhecido nacionalmente. A maranhense de origem quilombola, criada no Distrito Federal, acaba de vencer o Prêmio Ori - Beatriz Nascimento, concedido pela Associação Nacional de História (Anpuh), pelo projeto Tranças no Mapa, que integra a pesquisa do Programa de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da UnB. Antes, o estudo havia vencido a 37ª edição do prêmio Rodrigo de Melo Franco Andrade, do Iphan, pelas “ações de excelência” no campo do patrimônio cultural brasileiro.*

*Orientada pela historiadora Cristiane Portela, Layla mapeou trancistas negras no Distrito Federal e Entorno, com o objetivo de reconhecer e valorizar a cultura das tranças afro-brasileiras como patrimônio cultural imaterial. Foi além: ajudou as participantes da pesquisa a reconhecer a potência da história e dos corpos negros. “Elas foram se apropriando das próprias narrativas e entendendo (...) que não era à toa que a maioria ali foi trançada pela avó, pela mãe (...) foram entendendo que isso estava ligado aos modos de vida”, conta Layla. A pesquisadora recebeu o prêmio, na última quinta-feira, em Belo Horizonte e falou à coluna sobre a experiência.*

### O que faz desse projeto uma iniciativa premiada?

O Tranças no Mapa é um projeto de formação e de pesquisa relacionado a identificar e documentar a prática de trançar enquanto saber, enquanto ofício tradicional, apontando caminhos para a patrimonialização desse ofício numa perspectiva nacional. Vencemos o prêmio da Anpuh na categoria relacionada a projetos sociais que desenvolveram diferentes ações, que foram, por exemplo, o banco de dados das trancistas, o mapeamento digital delas, as oficinas de mapa afetivo e a organização dos arquivos familiares negros.

### O que descobriu?

Eu também sou trancista. Então, nesse sentido, não tive tanta dificuldade de acesso ao público-alvo do projeto. Fiz um mapeamento colaborativo digital e consegui mapear 95 trancistas do Distrito Federal e do Entorno. Dentro disso, a gente conseguiu

Arquivo Pessoal



**Não se pode contar a história da trança sem contar a história da trancista. Infelizmente, a gente acaba contando as histórias negras esvaziando os códigos identitários. São os sujeitos que dão sentido aos códigos identitários, aos códigos culturais”**

**“O salão afro também é um espaço de aquilombamento, também é um espaço que precisa ser pensado de forma diferenciada quando a gente pensa na questão de pertencimento racial, de resistência das nossas identidades”**

traçar um perfil sociocultural delas, compreendendo que a maioria está em regiões mais vulneráveis, nas periferias da cidade. São mulheres que, normalmente, têm o ofício como renda única. E isso vai trazer uma perspectiva de que é um ofício que permeia duas questões: a cultura e a renda. Também percebemos que é um ofício tradicional, porque está relacionado aos processos de geração familiar na comunidade negra. E aí é um um perfil importante, que reforça a perspectiva de que é um patrimônio, é um saber tradicional que faz parte dos modos de vida das mulheres negras.

### As trancistas também mergulharam nesse resgate?

Selecionamos nove trancistas que participaram da oficina de mapa afetivo, dentro do que chamamos de mapa familiar. Aí, a gente identificou que a maioria foi trançada pela mãe, pela avó, por uma tia, por alguma outra pessoa de dentro da comunidade. Que eram trançadas normalmente na infância para ir para a escola, que acabaram se tornando trancistas na juventude. A pesquisa também mostra que elas acabam indo atuar nos salões afro, mas a maioria atua primeiro nos domicílios. E, quando têm o salão afro, ele acaba sendo uma extensão da varanda de casa. Ou seja, não é necessariamente só um espaço comercial. O salão afro também é um espaço de aquilombamento, também é um espaço que precisa ser pensado de forma diferenciada quando a gente pensa na questão de pertencimento racial, de resistência das nossas identidades.

### E como foram se dando conta desses processos?

O projeto, que também tem um aspecto formativo, ajudou nesse sentido. Por exemplo, no início, a maioria delas reforçava muito uma narrativa de que tinha aprendido a trançar sozinha. No processo do mapa afetivo, foram se apropriando das próprias narrativas e entendendo que essa história que parecia só individual era uma história coletiva. Que não era à toa que a maioria ali foi trançada pela avó, pela mãe. E que também não era à toa que elas acabaram se transformando em trancistas, entendendo que isso estava ligado aos modos de vida. Se a gente começa a contar essa história só a partir dessa perspectiva da renda, a gente perde a perspectiva da ancestralidade. Não se pode contar a história da trança sem